



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2290 Segunda-feira 26 de Julho de 2010.

# Poder Executivo

## Lei

### LEI Nº 6.395, DE 06 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para efetuar a alienação mediante venda, de uma área de 82,00 m², em formato triangular, caracterizada como Área A, Quadra nº 01, localizada no Loteamento Santa Esther, zona urbana desta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, art. 27 da Lei Orgânica Municipal...

#### FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar e alienar mediante venda, a Helder Marques da Silva, CPF nº 729.455.401-34, uma área de 82,00 m², em formato triangular, caracterizada como área A, Quadra nº 01, localizada no Loteamento Santa Esther, zona urbana desta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações:

#### ÁREA - A - QUADRA Nº 01 - LOTEAMENTO SANTA ESTHER

##### MATRÍCULA Nº 80.046/2007

FRENTE para a Rua Edeti, com 25,09 metros.

FUNDOS para o lote 2C, com 23,00 metros.

LADO DIREITO para o lote B, com 7,13 metros.

**Art. 2º** O valor do imóvel é de R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais), conforme Laudo de Avaliação nº 102/2010, que será pago ao Município de Rondonópolis.

**Art. 3º** A transferência de domínio se dará por Escritura Pública e somente será efetivada após a quitação, ficando a cargo do adquirente as despesas dela decorrentes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 06 de julho de 2010; 94ª da Fundação e  
56ª da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

### LEI Nº 6.413, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre denominar as Ruas no Bairro Residencial Farias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

#### FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** As ruas do Residencial Farias ficam denominadas de:

- I. CLOVIS ALVES DA SILVA, a atual Rua 01;
- II. FIDELCINO NUNES DE ARAÚJO DE ARAÚJO, a atual Rua 03;
- III. MARIA CECÍLIA DA CONCEIÇÃO SILVA, a atual Rua 04;
- IV. MARCELINO CARDOSO DE SOUZA, a atual Rua 06;
- V. CALIMERIO VIVENTE DE OLIVEIRA, a atual Rua 07;
- VI. ORELINO GONÇALVES DA SILVA, a atual Rua 10;
- VII. OLERIZA CÂNDIDA DA SILVA, a atual Rua 12;
- VIII. MARIA IRENE RODRIGUES OLIVEIRA, a atual Rua 16;

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 20 de julho de 2010; 94ª da Fundação e  
56ª da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

## Expediente

PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Vice-Prefeita \_\_\_\_\_ Marília Salles  
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social \_\_\_\_\_ Neuma de Moraes  
Secretaria Municipal de Administração \_\_\_\_\_ Gerson Araujo de Oliveira  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. \_\_\_\_\_ Valdir Correa  
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. \_\_\_\_\_ Valdemir Castilho Soares  
Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ Marilda Soares Rufino  
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer \_\_\_\_\_ Susan Meire Moretti Binha  
Secretaria Municipal de Finanças \_\_\_\_\_ Adão Nunes  
Secretaria Municipal de Governo \_\_\_\_\_ Milton Gomes da Costa  
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo \_\_\_\_\_ Ronaldo Sendy Iticava Uramoto  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente \_\_\_\_\_ Lindomar Alves da Silva  
Secretaria Municipal de Planejamento \_\_\_\_\_ Antonio Augusto Miranda  
Secretaria Municipal de Receita \_\_\_\_\_ Regina Celi Marques Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde \_\_\_\_\_ Valdecir Feltrin  
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano \_\_\_\_\_ Donizete A.A. de Souza  
Procuradoria Geral do Município \_\_\_\_\_ Efraim Alves dos Santos  
CODER - Cia Desenvolvimento Rondonopolis \_\_\_\_\_ Darci Lovato  
Diário Oficial do Município \_\_\_\_\_ Anna Clara Quintana  
IMPRO \_\_\_\_\_ Josemar Ramiro e Silva  
SANEAR \_\_\_\_\_ Terezinha Silva Souza  
ServSaúde \_\_\_\_\_ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 411-5285  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa  
Diário Oficial Anna Clara Quintana  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

#### Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

**LEI Nº 6.414, DE 20 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre inserir o evento "ALEGRAI-VOS NO SENHOR" no calendário oficial de eventos do município de Rondonópolis, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o evento "ALEGRAI-VOS NO SENHOR" realizado pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus inserido no Calendário Oficial de Eventos do município de Rondonópolis.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 20 de julho de 2010; 94º da Fundação e  
56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.415, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para proceder a LOCAÇÃO DE IMÓVEIS para a instalação e funcionamento do Almoarifado da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, para a instalação e funcionamento do Almoarifado da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** Os referidos imóveis são caracterizados como Lote 02 - nº 2256, Lote 03 - nº 2268, Lote 04 - nº 2280 e Lote 05 - nº 2292, localizados na Avenida Fernando Correa da Costa, no Bairro Jardim Guanabara.

**Art. 3º** Os imóveis são de propriedade do Sr. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA, portador da cédula de identidade RG nº 3.336.733 SSP/SP e CPF nº 121.374.488-15.

**Art. 4º** O valor mensal desta locação compreenderá na quantia de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais).

**Art. 5º** A referida locação tem vigência no período de 01/06/2010 a 31/12/2010, podendo ser prorrogada por igual período e reger-se-á pelo disposto no Contrato de Locação firmado entre as partes que passará a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Anual vigente.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 6.114/2009.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94º da Fundação e  
56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.416, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para efetuar DESAFETAÇÃO e DOAÇÃO à Igreja Evangélica Assembléia De Deus, de uma área de propriedade do Município de Rondonópolis, com 1.583,67 m², caracterizada como lote 13, situado na Quadra A localizada no loteamento denominado "Parque Residencial Buriti", zona urbana de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a DESAFETAR e DOAR à Igreja Evangélica Assembléia De Deus, CNPJ nº 02.851.907/0001-90, uma área de propriedade do Município de Rondonópolis, com 1.583,67 m², caracterizada como lote 13, situado na Quadra A localizada no loteamento denominado "Parque Residencial Buriti", zona urbana de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações:

**LOTE 13 - QUADRA A - PARQUE RESIDENCIAL BURITI**  
**MATRICULA Nº 88.441 DE 08/06/2010**  
**ÁREA TOTAL: 1.583,67 M²**

**FRENTE** para a Rua José Pinto, com 20,02 metros mais um chanfro de 4,46 metros;

**FUNDOS** para os lotes 11, 12 e parte do 10, com 26,66 metros;

**LADO DIREITO** para o lote 01, com 64,53 metros;

**LADO ESQUERDO** para a Rua Mariano Pimenta, com 60,58 metros.

**Art. 2º** A área objeto desta desafetação será doada à Igreja Evangélica Assembléia De Deus - Ministério Madureira no Brasil, destinada a construção da Sede Regional da referida entidade, bem como salas de aula para o ensino regular/teológico e a implantação de uma filial do Projeto Vida Amparar é Preciso, vedada qualquer outra destinação, a contar da vigência desta Lei.

**Parágrafo Único** O descumprimento ao disposto no artigo anterior implicará na revogação automática do ato de doação e consequente reversão do imóvel ao Patrimônio do Município, sem qualquer indenização ao infrator.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94º da Fundação  
e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.417, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** até o montante de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento, abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** até o montante de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), para criação da respectiva fonte de recurso dentro da seguinte dotação orçamentária:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**14 – Secretaria Municipal de Saúde.**

10.301.2225.2180.180 – Conservação e Manutenção das Unidades de Estratégia de Saúde da Família.

40.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	RS	190.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>RS</b>	<b>190.000,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**14 – Secretaria Municipal de Saúde.**

10.301.2225.1497.497 – Construção Centros de Especialidades Odontológicas.

40.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	RS	40.000,00
---	----	-----------

10.301.2225.1498.498 – Construção do Núcleo de Atenção à Saúde

44.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	RS	20.000,00
---	----	-----------

10.302.2235.2207.207 – Convênio com o Consórcio Regional de Saúde de MT – CORESS

33.71.41.00.00 – 701 – Contribuições.....	RS	20.000,00
---	----	-----------

10.302.2235.2418.418 – Manutenção dos Serviços de Cardiologia

33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	RS	60.000,00
---	----	-----------

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	RS	50.000,00
---	----	-----------

<b>TOTAL.....</b>	<b>RS</b>	<b>190.000,00</b>
-------------------	-----------	-------------------

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94º da Fundação  
e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.419, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo para celebrar **CONVÊNIO** entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a Associação dos Ministros Evangélicos - AME, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar **CONVÊNIO** entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a Associação dos Ministros Evangélicos - AME, CNPJ nº. 08.221.523/0001-70, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na forma de auxílio financeiro, em duas parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), nos moldes do art. 12 da Legislação Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964 e Decreto Federal nº. 93.872 de 23 de dezembro de 1986.

**Parágrafo único** A celebração deste Convênio destinar-se-á para contribuir na realização de evento filantrópico da mencionada entidade, voltado para toda a população do Município, a ser realizado no decorrer da 38ª Exposul.

**Art. 2º** O Convênio cuja celebração se autoriza, reger-se-á pelo disposto no **TERMO** a ser firmado pelos participantes e que passará a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** no exercício vigente até o montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para criação da seguinte despesa orçamentária e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer**

13.392.2280.1660.660 – Contribuição à Associação dos Ministros Evangélicos – AME

33.50.41.00.00- Contribuições .....	RS	20.000,00
-------------------------------------	----	-----------

<b>TOTAL .....</b>	<b>RS</b>	<b>20.000,00</b>
--------------------	-----------	------------------

**Art. 4º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, será utilizado o recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo**

18.541.2300.2175.175 – Conservação e Reforma Canalização e Drenagem de Córregos e Rios

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	RS	20.000,00
---	----	-----------

<b>TOTAL .....</b>	<b>RS</b>	<b>20.000,00</b>
--------------------	-----------	------------------

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94º da Fundação  
e 56º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.420, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo para celebrar CONVÊNIO entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e o Sindicato Rural de Rondonópolis, no valor de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar CONVÊNIO entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e o Sindicato Rural de Rondonópolis, no valor de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), na forma de auxílio financeiro, nos moldes do art. 12 da Legislação Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964 e Decreto Federal nº. 93.872 de 23 de dezembro de 1986.

**Parágrafo único** A celebração deste Convênio destinar-se-á contribuir na organização, limpeza e manutenção da 38ª Exposul a se realizar no Parque de Exposições, voltada para toda a população do Município.

**Art. 2º** O Convênio cuja celebração se autoriza, reger-se-á pelo disposto no TERMO a ser firmado pelos partícipes e que passará a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no exercício vigente até o montante de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

<b>02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis</b>			
<b>18 – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária</b>			
04.122.2350.2245.245 – Auxílio Financeiro ao Sindicato Rural de Rondonópolis			
33.50.41.00.00 – 1 – Contribuições.....	RS	70.000,00	
<b>TOTAL.....</b>	<b>RS</b>	<b>70.000,00</b>	

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**  
**17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo**  
 18.541.2300.2175.175 – Conservação e Reforma Canalização e Drenagem de Córregos e Rios

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	RS	70.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>RS</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
 Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94ª da Fundação  
 e 56ª da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
 Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.421, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre alterar a Lei nº 6.318/2010, que versa autorização ao Poder Executivo para proceder a LOCAÇÃO DE IMÓVEL a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Lei nº. 6.318, de 04 de maio de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à locação de imóvel para a implantação e instalação do Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas, localizado na Rua Geraldo T. de Almeida, nº 2580, Jardim Modelo".*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
 Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94ª da Fundação  
 e 56ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
 Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.422, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre conceder reajuste nos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajuste nos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão, no valor de 2% (dois por cento) no mês de julho, e 1% (um por cento) no mês de novembro, tendo como referência o salário base de junho de 2010.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária anual vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01 de julho de 2010.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
 Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94ª da Fundação e  
 56ª da Emancipação Política.

**JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
 Secretário Municipal de Governo

# Decreto

DECRETO Nº 5.938, DE 05 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o controle da emissão de ruídos no Município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 103 em seu parágrafo único e art. 104 do Capítulo VII – Do Controle da Emissão de Ruídos, Livro II – Parte Especial, Título I – Do Controle Ambiental, combinado com o art. 128 e 136 da Lei Complementar Municipal nº 012, de 30 de Dezembro de 2002 (Código Ambiental do Município de Rondonópolis), e tendo em vista o disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificamente na NBR 10151 e 10152.

## DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados neste decreto.

**Parágrafo único** As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

**Art. 2º** Cabe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, órgão executivo da política municipal do meio ambiente, o controle, a prevenção e a redução da emissão de ruídos no Município de Rondonópolis.

**Art. 3º** Para os efeitos deste Decreto consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

**I - som:** fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 Hz e passível de excitar o aparelho auditivo humano.

**II - poluição sonora:** toda emissão de som, que direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições contidas neste decreto.

**III - ruído:** qualquer som que cause ou tenda causar perturbações no sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

**IV - ruído impulsivo:** som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por pico de pressão de duração menor que um segundo.

**V - ruído contínuo:** aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação.

**VI - ruído intermitente:** aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente, várias vezes, durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém com valor constante, diferente daquele do ambiente, seja da ordem de grandeza de um segundo ou mais.

**VII - ruído de fundo:** todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições.

**VIII - distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações:** significa qualquer ruído ou vibração que:

- a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;
- b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
- c) possa ser considerado incômodo ou que ultrapasse os níveis máximos fixados neste decreto.

**IX - nível equivalente (LEQ):** o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se aos níveis individuais de energia ao longo do determinado período de tempo e dividindo-se pelo período medido em dB-A.

**X - decibel (dB):** unidade de intensidade física relativa do som;

**XI - nível de som dB-A:** intensidade do som, medida na curva de ponderação A;

**XII - zona sensível a ruído (zona de silêncio):** é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional, tais como: escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental;

**XIII - limite real da propriedade:** um plano imaginário, que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica.

**XIV - serviços de construção civil:** qualquer operação em canteiro de obras, montagem, elevação, reparo substancial, alteração ou acção similar, demolição ou remoção no local, de qualquer estrutura, instalação ou adição a estas, incluindo todas as atividades relacionadas, mas não restritas à limpeza de terreno, movimentação e paisagismo;

**XV - vibração movimento oscilatório:** transmissão pelo solo ou uma estrutura qualquer;

**XVI - sonômetro (medidor de pressão sonora):** equipamento usado para medir o nível de pressão sonora (ruído) em um determinado local;

**XVII - fonte de ruído:** ação, atividade permanente e temporária, equipamento, estrutura ou infra-estrutura que produza ruído nocivo ou incômodo para quem habite ou permaneça em locais onde se faça sentir o seu efeito.

### CAPÍTULO II

#### DA COMPETÊNCIA

**Art. 4º** Na aplicação das normas estabelecidas por este decreto compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA;

**I** - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos, exercer, diretamente ou através de delegação, o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

**II** - exercer a fiscalização;

**III** - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

**IV** - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam produzir distúrbios sonoros em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

**V** - organizar programas de educação e conscientização, sensibilização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos gerais de atenuação e controle de ruídos e vibrações;

b) esclarecimentos das ações proibidas por este Decreto e os procedimentos para relato de violações.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 5º** Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído ou distúrbio sonoro além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observado o disposto neste decreto.

**§ 1º** É proibido qualquer tipo de manifestação ruidosa com, ou sem, a utilização de equipamento de som, que prejudique a saúde e o bem estar público nos seguintes horários:

a) **diurno:** compreendido entre às 7hs e 19hs;

b) **noturno:** compreendido entre às 19hs e 7hs.

**§ 2º** Se no dia seguinte for domingo ou feriado o término do período noturno será às 9 (nove) horas.

**Art. 6º** As atividades efetivas ou potencialmente causadoras de poluição sonora dependem de prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de localização e funcionamento.

**Parágrafo único** Fica autorizada Secretaria Municipal de Meio Ambiente prever a classificação, graduação e os valores das licenças ambientais a que alude o caput deste artigo.

**Art. 7º** Depende de prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a utilização ou detonação de explosivos ou similares, no âmbito do município de Rondonópolis.

**Art. 8º** Depende de prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a utilização de equipamentos sonoros, auto falantes, fogos e artifícios, festas e outras fontes de emissão que possam causar poluição sonora, no horário diurno e noturno como meio de propaganda, publicidade e diversão.

**§ 1º** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá regulamentar a propaganda de som volante, mediante normas contidas no caput deste artigo e legislações pertinentes.

**§ 2º** Os veículos de propaganda de som volante somente poderão operar se estiverem devidamente cadastrados e licenciados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**§ 3º** Fica proibida a execução de serviço de propaganda sonora volante ou fixa em frente de escolas, repartições públicas, templos religiosos e em paradas obrigatórias, tais como sinais de trânsito e congestionamentos de veículos.

**§ 4º** Fica proibida qualquer divulgação de som volante audível de produtos, serviços, marcas, promoções e eventos nos seguintes horários:

**I.** segunda a sábado: antes das 08:00 horas e após as 18:00 horas;

**II.** domingo e feriado: antes das 10:00 horas e após as 15:00 horas.

**§ 5º** Fica estabelecida a taxa de licença para o exercício da atividade de som volante correspondente ao valor de 50 (cinquenta) UFR a 500 (quinhentas) UFR.

§ 6º Fica proibido executar serviço de propaganda sonora fixa defronte a estabelecimentos comerciais e junto ao passeio público, exceto o serviço de propaganda executado no interior de estabelecimentos comerciais, caso respeite os limites de ruídos.

Art. 9º A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

§ 1º Toda empresa que possuir alarme deverá responsabilizar-se em desligá-lo imediatamente caso acione acidentalmente, especialmente à noite e finais de semana.

§ 2º As lojas de conveniências instaladas, inclusive em postos de combustíveis e assemelhados, que utilizarem ou permitirem, no espaço físico em que atuam a utilização de alto falantes, rádios, buzinas, ruídos provenientes de veículos automotores, aparelhos sonoros e qualquer outro tipo de ruído acima do permitido neste Decreto serão responsabilizados por tais atos.

Art. 10 São expressamente proibidos ruídos:

I - produzidos por veículos automotores com equipamento de descarga aberto ou silencioso adulterado ou defeituoso;

II - provenientes de instalações mecânicas, bandas ou conjuntos musicais e de aparelhos ou instrumentos produtores ou amplificadores de som, tais como vitrola, tanfarras, apitos, sinetas, matrizes, sirenes, alto falantes, quando produzidos na via pública ou quando não sejam ouvidos de forma incômoda;

III - provenientes da execução de música mecânica ou a apresentação de música ao vivo em estabelecimentos que não disponham de estrutura física adequada para o condicionamento do ruído em seu interior;

IV - provenientes da utilização de equipamentos produtores e amplificadores de som em veículos automotores, salvo os autorizados pelo órgão competente de trânsito e devidamente licenciado pela SEMMA.

**Parágrafo único** Excetua-se da proibição estabelecida no inciso III a música mecânica ambiente de fundo, compatível com a possibilidade de conversação.

Art. 11 Constituem exceções aos limites estabelecidos no art. 10, os sons emitidos:

I - por vozes ou aparelhos usados em campanhas de relevante interesse público e social e atividades similares, considerando as legislações específicas;

II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - por tanfarras ou bandas de músicas em procissões, cortejos, desfiles cívicos, solenidades públicas e atividades similares;

*Art. 11*

IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizadas por ambulância, carros de bombeiros, viaturas policiais e similares;

V - por explosivos utilizados nos desmonte de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que, detonados no período diurno e previamente licenciados pela SEMMA;

VI - por alarme sonoro de segurança, residencial, comercial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15 (quinze) minutos.

**Parágrafo único** Será permitida, mediante comunicação e autorização emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme dia, local e horário previamente agendado com antecedência mínima de 72hs (setenta e duas horas) as manifestações coletivas em praças públicas, ou nas situações consagradas pela tradição, os seguintes eventos:

I. festividades religiosas;

II. comemorações oficiais;

III. reuniões e festejos desportivos;

IV. festejos carnavalescos;

V. festejos juninos;

VI. comemorações culturais e religiosas;

VII. desfiles, passeatas e comícios.

Art. 12 Os serviços de construção civil da responsabilidade de entidades públicas ou privadas, dependem de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quando executados nos seguintes horários:

I. domingos e feriados, em qualquer horário;

II. dias úteis, em horário noturno e, em horário diurno, no caso de atividades de centrais de serviços.

Art. 13 O nível de som provocado por máquinas e aparelhos utilizados nos serviços de construção civil, manutenção dos logradouros públicos e dos equipamentos e infra-estrutura urbana, deverão atender aos limites máximos de pressão sonora estabelecidos, neste decreto.

§ 1º A atividade de bate-estaca só poderá operar de segunda a sexta-feira no horário compreendido entre 07 (sete) e 17 (dezesete) horas e, aos sábados, domingos e feriados entre 08 (oito) e 12 (doze) horas.

*Art. 13*

§ 2º Excetua-se da restrição estabelecida no *caput* deste artigo, as obras e os serviços urgentes e inadiáveis, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, os de relevante interesse público e social, acidentes graves ou perigo eminente à segurança e ao bem estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, lixo, esgoto e sistema viário.

Art. 14 Somente serão admitidas obras de construção civil que possam provocar som acima dos limites estabelecidos nos domingos e feriados, mediante aprovação prévia da SEMMA.

§ 1º No ato de requisição, deverão ser apresentadas por escrito, às atividades que serão desenvolvidas, assim como os horários de execução das mesmas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá não aprovar a execução das atividades propostas, nos casos de comprovada perturbação do sossego público.

§ 3º O não cumprimento das atividades descritas implicará no embargo da obra nos dias concedidos na licença e na aplicação das demais penalidades cabíveis.

§ 4º Excetua-se das exigências deste artigo as obras e serviços constantes no § 2º, do art. 13.

Art. 15 É expressamente proibido a qualquer pessoa que ocupe lugar em edifício de apartamento residencial:

I. usar, alugar ou ceder apartamento ou parte dele, para escola de canto, dança ou música, bem como seitas religiosas, jogos de recreio ou qualquer atividade que cause perturbação do sossego público e determine o afluxo exagerado de pessoas;

II. usar alto-falantes, piano, máquina, instrumento ou aparelho sonoro em altura de volume que cause incômodo aos demais moradores;

III. guardar ou depositar explosivos ou inflamáveis em qualquer parte do edifício.

Art. 16 Os proprietários de estabelecimentos onde se vende bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da moralidade e ordem pública nos mesmos.

**Parágrafo único** As desordens, algarazas e barulhos porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

## CAPÍTULO IV

### DOS NÍVEIS MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS

Art. 17 A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, prestação de serviços, inclusive de propaganda, bem como sociais e recreativas, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos neste decreto.

I - independente do ruído de fundo, o nível de som proveniente da fonte poluidora, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis fixados na Tabela I, que é integrante deste decreto.

II - o nível de som proveniente da fonte poluidora medindo dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder 10 (dez) decibéis (dB-A) o nível do ruído de fundo existente no local.

**Parágrafo único** Quando à propriedade onde se dá o suposto incômodo, tratar-se de zona sensível a ruídos, independente da efetiva zona de uso, deverá ser observada a faixa de 200m (duzentos metros) de distância.

Art. 18 Quando o nível de som proveniente de tráfego vir medido dentro dos limites reais da propriedade onde dá o suposto incômodo, ultrapassar os níveis fixados na Tabela I (em anexo), caberá a SEMMA, articular-se com órgãos competentes, visando à adoção de medidas para a eliminação ou minimização do distúrbio sonoro.

Art. 19 Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados neste decreto, bem como o nível equivalente e o método utilizado para medição, obedecerão às recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152, ou às que lhe sucederem.

Art. 20 A emissão de som ou ruído por veículos automotores e motocicletas deverão atender os limites estabelecidos na resolução CONAMA 001 e 002/1993, som de buzinas, aerofonos e aeródromos, e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo CONTRAN, e pelos órgãos competentes no Ministério da Aeronáutica e Ministério do Trabalho.

Art. 21 É permitida a execução da música mecânica e ao vivo nos estabelecimentos comerciais e de serviços, desde que, não provoquem ruído e estejam devidamente licenciados perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Quando da solicitação do registro da firma, os estabelecimentos que vierem a requerer a atividade de música mecânica e ao vivo, deverão apresentar junto com as demais exigências o respectivo projeto de tratamento acústico, a ser aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA.

§ 2º Os estabelecimentos em funcionamento que estiverem em desacordo com os limites estabelecidos nesta lei deverão revestir as paredes do prédio com isolamento acústico e

*Art. 21*

promover as adequações necessárias dentro das condições e prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e obedecerão às recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152 estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 3º Ocorrendo à impossibilidade de atender o disposto no parágrafo anterior, o estabelecimento terá suas atividades suspensas, até sua transferência para local conveniente.

**Art. 22** Somente poderão emitir os laudos que comprovem o tratamento acústico, para os fins deste Decreto, empresas não fiscalizadoras ou profissionais autônomos devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e no Conselho Regional da sua respectiva categoria profissional.

**Parágrafo único** Comprovada qualquer irregularidade na emissão do laudo referido no caput deste artigo, a SEMMA deverá representar junto ao Conselho Profissional do responsável técnico, sem prejuízo da aplicação das demais medidas legais cabíveis.

## CAPÍTULO V

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 23** As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que infringirem qualquer dispositivo deste Decreto, ficam sujeitas às penalidades constantes no Título II, Capítulo I, II e III da Lei Complementar Municipal 012, de 30 de Dezembro de 2002 (Código Ambiental do Município de Rondonópolis), sem prejuízos das combinações cíveis e penais cabíveis.

**Parágrafo único** Fica definida a classificação, graduação e valores das infrações e penalidades aplicáveis, conforme Tabela II (em anexo) deste decreto.

**Art. 24** Os técnicos e/ou fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, terão a entrada franqueada nas dependências das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, localizadas no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

**Parágrafo único** Nos casos de qualquer impedimento ou embaraço a ação fiscalizadora, os técnicos e/ou fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderão solicitar auxílio às autoridades policiais para garantir a execução do serviço.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 25** Durante os festejos carnavalescos, festas juninas, religiosas, de ano novo e as tradicionais do Município de Rondonópolis, serão toleradas, excepcionalmente, as manifestações normalmente proibidas por este decreto.

**Art. 26** Fica autorizado o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMMA baixar resoluções para dirimir as omissões ao presente decreto.

**Art. 27** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 05 de julho de 2010; 94ª da Fundação  
e 56ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

## DECRETO Nº 5.953, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Realiza abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº 6.420, de 22 de julho de 2010...

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**18 – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária**

04.122.2350.2245.245 – Auxílio Financeiro ao Sindicato Rural de Rondonópolis

33.50.41.00.00 – 1 – Contribuições.....	R\$	70.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo**

18.541.2300.2175.175 – Conservação e Reforma Canalização e Drenagem de Córregos e Rios

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	R\$	70.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94ª da Fundação  
e 56ª da Emancipação Política

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

## DECRETO Nº 5.952, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Realiza abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº 6.419, de 22 de julho de 2010...

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para criação da seguinte despesa orçamentária e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer**

13.392.2280.1660.660 – Contribuição à Associação dos Ministros Evangélicos – AME

33.50.41.00.00- Contribuições .....	R\$	20.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$</b>	<b>20.000,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, será utilizado o recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo**

18.541.2300.2175.175 – Conservação e Reforma Canalização e Drenagem de Córregos e Rios

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	R\$	20.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$</b>	<b>20.000,00</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94ª da Fundação  
e 56ª da Emancipação Política

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 5.951, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

Realiza abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº 6.417 de 22 de julho de 2010...

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento, **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), para criação da respectiva fonte de recurso dentro da seguinte dotação orçamentária:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**14 – Secretaria Municipal de Saúde.**

10.301.2225.2180.180 – Conservação e Manutenção das Unidades de Estratégia de Saúde da Família.

40.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 190.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 190.000,00</b>

Art. 2º Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**

**14 – Secretaria Municipal de Saúde.**

10.301.2225.1497.497 – Construção Centros de Especialidades Odontológicas.

40.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	R\$ 40.000,00
---	---------------

10.301.2225.1498.498 – Construção do Núcleo de Atenção à Saúde

44.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	R\$ 20.000,00
---	---------------

10.302.2235.2207.207 – Convênio com o Consórcio Regional de Saúde de MT – CORESS

33.71.41.00.00 – 701 – Contribuições.....	R\$ 20.000,00
---	---------------

10.302.2235.2418.418 – Manutenção dos Serviços de Cardiologia

33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 60.000,00
---	---------------

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....	R\$ 50.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 190.000,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 22 de julho de 2010; 94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

# Portaria

**PORTARIA Nº 11.624, DE 26 DE JULHO DE 2010.**

Constitui Comissão para Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão para Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidades sobre as denúncias contidas no Processo nº 25.963/2008 ocorridas nas dependências do Aeroporto Municipal Maestro Manoel Franco, composta pelos seguintes Servidores Públicos Municipais:

**Presidente – TÂNIA REGINA NANES DA SILVA**

**Membro – Lauracy Rosa Ferreira**

**Membro – Joelma Campos de Moraes**

Art. 2º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias para concluir os trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 26 de julho de 2010; 94º da Fundação e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Administração

# Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2010.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a **licitação em epígrafe às 08:30 horas do dia 10 de agosto de 2010**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes nºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação, respectivamente, para o seguinte objeto: Aquisição de medicamentos e materiais de consumo de uso odontológico, médico-hospitalar e laboratorial, serviços de exames de radiologia odontológica, peças de reposição para equipamentos médicos e odontológicos e outros, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde deste município, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) opção: Licitação, ou no endereço acima citado, horário das 13:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5738, Departamento de Compras/Licitação.

Rondonópolis-MT., 26 de julho de 2010.

**Adriana Portela de Oliveira**  
Pregoeira



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 08/2010."**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 08/2010, realizada na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto "**CONSTRUÇÃO DA CRECHE PRÓ-INFÂNCIA, NA RUA AGOSTINHO FIGUEIREDO, QUADRA 18 NO BAIRRO JARDIM REIS, MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS**", conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos", que após a análise das propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada **CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, a empresa:

- **JR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, no valor global de R\$ 625.851,79 (seiscentos e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos).

Rondonópolis-MT, 26 de julho de 2010.

  
**LEANDRO JUNQUEIRA DE PÁDUA ARDUINI.**  
 Presidente da Comissão de Licitação.

Em  
  
branco

**TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 051/2010**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

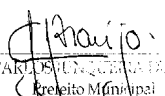
O Senhor **JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 24, inciso IV e art. 4º, Parágrafo Único e inciso I, II, III e IV da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 051/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 415/2010**, emitido pelo **Sr. DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **Sr. ER. ROGÉRIO LUZ BORGES LEAL**, Procurador do Município, a favor: Walisson Ferreira dos Santos, Pessoa Física, inscrito sob CPF nº 025.554.511-88 - Cosmeilson Rodrigues Soares, Pessoa Física, inscrito sob CPF nº 004.733.001-50 - Ricardo Cardoso, Pessoa Física, inscrito sob CPF nº 699.409.911-34.

**OBJETO: LOCAÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

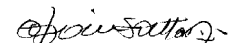
**VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 14.580,00 (Quatorze Mil, Quinhentos e Oitenta Reais).**

Publique-se no âmbito desta Prefeitura, no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Município (DIORONDON, no Jornal "A GAZETA" e no jornal de circulação local "A TRIBUNA" e no, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 09 de julho de 2010.

  
**JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

DE ACORDO:

  
**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**  
 Procurador Geral do Município